

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.546 - RJ (2019/0238885-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **SHOCK DAS TINTAS EIRELI**  
**AGRAVANTE** : **RODRIGO DE MOURA SILVA**  
**AGRAVANTE** : **CARLOS ALBERTO GOMES GASPAR**  
**ADVOGADOS** : **SERGIO EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS - RJ084277**  
: **FELIPPE AMARAL FERREIRA - RJ168879**  
**AGRAVADO** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADOS** : **INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA -**  
: **RJ099589**  
: **RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO - RJ104569**  
: **LARISSA MARIA SILVA TAVARES - RJ181320**

## **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. SÚMULAS 5 E 7/STJ. LITISPENDÊNCIA E COAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. REUNIÃO DOS PROCESSOS. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DO FEITO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INAPLICABILIDADE DO CDC. DEFERIMENTO DA GRATUIDADE NESTA INSTÂNCIA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

## **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por Shock das Tintas Eireli e outros contra a decisão de fls. 210-216 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi deduzido em desafio ao acórdão de fls. 155-164 (e-STJ), prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE CONSOLIDAÇÃO E RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. INCOMPETÊNCIA. LITISPENDÊNCIA. TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO - TAC. APELAÇÃO INPROVIDA.

1 - Cuida-se de apelação interposta por Shock das Tintas Eirelli Me, Rodrigo de Moura Silva e Carlos Alberto Gomes Gaspar, nos autos de embargos à execução, fundada em título extrajudicial, ajuizada contra a Caixa Econômica Federal, que objetiva a reforma da sentença,

alegando o acolhimento de incompetência do presente juízo, para apreciar a execução, o reconhecimento da conexão com os autos do processo nº 0054043-33.2015.4.02.5119, que tramita no Juízo da Vara Federal de Três Rios, ou alternativamente, seja determinada a suspensão do presente feito e da execução nº 0000986-66.2016.4.02.5119, nos termos do art. 313, V, "a", do CPC, bem como o afastamento da litispendência, procedendo com a análise do mérito de todos os argumentos da inicial, ou alternativamente a aplicação das normas consumeristas ao caso e a declaração de nulidade do título ante os vícios apontados.

2 - Quanto à alegação de incompetência do Juízo, cabe observar que no dia da realização do contrato, 30/12/2014, a sede da empresa ficava em Miguel Pereira, sendo alterada para Paty de Alferes em 30/01/2015 (fl. 16). Verifica-se, ainda, que no contrato foi convencionado apenas que as soluções de litígio seriam resolvidas no foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (fl. 28 dos autos da execução).

3 - O pagamento, em regra, é feito no domicílio do devedor, exceto se houver convenção das partes em sentido diverso. Assim, como à época da assinatura do contrato a embargante possuía domicílio em Miguel Pereira/RJ, e a modificação da sede ocorreu depois da assinatura, a Subseção Judiciária de Barra do Piraí é a competente para processar e julgar o feito.

4 - Quanto à alegação do reconhecimento da conexão com os autos do processo nº 0054043-33.2015.4.02.5119, que tramita no Juízo da Vara Federal de Três Rios, observa-se que já foi proferida sentença. Assim, como já foi proferida sentença na ação revisional referente ao contrato nº 19.0992.690.0000040-68, não existe a possibilidade de reunião dos processos.

5 - Em relação à litispendência do processo objeto desta apelação com o processo nº 0054043-33.2015.4.02.5119, nota-se que além de ter sido proferida sentença, ambos apresentam as mesmas partes e pedidos, com exceção de dois pedidos: cobrança de tarifa de abertura de crédito e contrato realizado sob coação.

6 - No caso em comento, o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável, conforme relatado na sentença, pois nos contratos de mútuo bancário para aquisição de capital para pessoa jurídica não se aplicam os dispositivos do CDC, pois a tomadora do empréstimo não é destinatária final do produto, na medida em que os empréstimos são obtidos com a finalidade de fomento e consecução dos objetivos da pessoa jurídica. A sociedade empresária contratou com a CEF um empréstimo, com o objetivo de incrementar suas atividades empresariais, reinserindo na cadeia produtiva o produto (crédito) adquirido.

7 - Quanto à tarifa de abertura de crédito - TAC, consta na cláusula quarta, parágrafo terceiro, que a cobrança tem um valor zero, logo não merece acolhida este pedido.

8 - No que tange à coação da embargante na realização do contrato, não se vislumbra indícios deste vício ou provas de que o fato ocorreu. O fato de a CEF incluir o embargante no cadastro restritivo de crédito

# *Superior Tribunal de Justiça*

não configura ameaça, e sim o exercício correto de um direito da instituição financeira, não sendo comprovado irregularidades que viciem o contrato.

9 - Em relação à fixação dos honorários advocatícios recursais previstos no artigo 85, §11, do CPC/2015, determino que sejam majorados em 2% (dois por cento) do valor da causa atualizado (R\$1.062.593,65- fl. 15), nos termos do artigo 85, § 11, do CPC de 2015.

10 - Apelação improvida, majorando-se os honorários advocatícios inicialmente arbitrados em 10% (dez por cento) para 12% (doze por cento) do valor da causa atualizado.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 169-182), apontaram os insurgentes a existência de violação dos arts. 53, III, alínea *a*, 55, § 3º, 313, inciso V, alínea *a*, e 781, inciso I, do CPC/2015; e 6º, inciso VIII, e 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor. Sustentaram, em síntese: i) incompetência do juízo; ii) necessidade de reunião dos processos ou a suspensão do presente feito; iii) inexistência de litispendência; iv) ocorrência de coação; e v) aplicabilidade do CDC.

Contrarrazões às fls. 200-207 (e-STJ).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso sob os seguintes fundamentos: a) descabimento do recurso especial contra suposta violação de dispositivos constitucionais; e b) incidência da Súmula 7/STJ.

Daí o presente agravo, no qual os insurgentes contestam a aplicação dos óbices.

Contraminuta às fls. 228-234 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Da acurada análise do acórdão recorrido, verifica-se que o reconhecimento da competência do juízo se deu em razão do conteúdo contratual.

Veja-se à fl. 158 (e-STJ):

Quanto à alegação de incompetência do juízo, cabe observar que no dia da realização do contrato, 30/12/2014, a sede da empresa ficava em Miguel Pereira, sendo alterada para Paty de Alferes em 30/01/2015 (fl. 16). Verifica-se, ainda, que no contrato foi convencionado apenas que as soluções de litúgio seriam resolvidas no foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (fl. 28 dos autos da execução).

# Superior Tribunal de Justiça

O art. 327 do Código Civil dispõe, ainda, que o pagamento será feito no domicílio do devedor:

Art. 327. Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

O pagamento, em regra, é feito no domicílio do devedor, exceto se houver convenção das partes em sentido diverso. Assim, como à época da assinatura do contrato a embargante possuía domicílio em Miguel Pereira/RJ, e a modificação da sede ocorreu depois da assinatura, a Subseção Judiciária de Barra do Pirai é a competente para processar e julgar o feito.

Logo, a revisão de tal conclusão encontra óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ.

Semelhantemente, o conhecimento do recurso no tocante aos temas inexistência de litispendência; e existência de vício de coação, também esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, tendo em vista que o acórdão recorrido está fundado nos elementos fáticos do caso.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LITISPENDÊNCIA RECONHECIDA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. A verificação de litispendência demanda cotejo entre os elementos fático-jurídicos do processo originário e do que se examina, em ordem a viabilizar a devida análise do trinômio legitimador do instituto jurídico similitude de partes, pedido e causa de pedir.

2. Na hipótese, em que a pretensão recursal limita-se a afastar o reconhecimento da litispendência, a (eventual) reforma do julgado demanda reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que, ante a incidência da Súmula 7 do STJ, se mostra inviável no âmbito do Recurso Especial. Precedentes do STJ.

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1802758/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 30/05/2019);

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALEGAÇÕES DE INDÍCIOS DE DOLO, COAÇÃO E ERRO E DE INVALIDADE DO ACORDO CELEBRADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULAS 283 E 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem, ao examinar a relação jurídica existente entre as partes, conclui pela validade da transação firmada, não havendo indício da existência de dolo, coação ou erro que possa ensejar a anulação do acordo, bem como não havendo falar em afronta ao princípio da boa-fé. No caso, a modificação do

# *Superior Tribunal de Justiça*

entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7 do STJ).

2. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamentos autônomos e suficientes à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1272798/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 24/08/2018).

Quanto à impossibilidade de reunião dos processos, supostamente conexos, em razão de um deles já estar sentenciado, o acórdão recorrido se mostra em sintonia com a jurisprudência desta Corte.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONEXÃO. JULGAMENTO DE UM DOS PROCESSOS. ESVAZIADA A RAZÃO DE SER DA CONEXÃO E, ASSIM, DO JULGAMENTO CONJUNTO EM FACE DA PROLAÇÃO DE SENTENÇA EM UMA DAS AÇÕES. SÚMULA N. 235/STJ. INCIDÊNCIA. 1. Esta Corte Superior tem consolidado o entendimento de que a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado. Enunciado 235/STJ.

2. Não se justifica a desconstituição da sentença prolatada para que seja julgada conjuntamente com a outra ação, que, ademais, fora redistribuída para o mesmo juízo.

3. Necessidade, apenas, de o magistrado evitar a prolação de decisões díspares.

4. Não se pode incentivar o retrocesso, senão a solução em tempo razoável da presente controvérsia.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1660685/CE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 30/08/2019).

Assim, a decisão recorrida não merece reforma.

Referente ao argumento de suspensão do presente feito por prejudicialidade, incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, diante da ausência de prequestionamento, uma vez que tal tese não foi objeto de análise pela Corte local.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre a tese jurídica em torno dos dispositivos legais tidos por vulnerados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre

# *Superior Tribunal de Justiça*

determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Nessa esteira:

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO. NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF.

I - Não há como aferir violação do art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil de 1973, sem adentrar no acervo fático-probatório dos autos e sem que se faça a reanálise de provas ao reexame. Incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

II - O recurso especial não merece ser conhecido em relação à questão que não foi tratada no acórdão recorrido, sobre a qual nem sequer foram apresentados embargos de declaração, ante a ausência do indispensável prequestionamento, incidindo, por analogia, os enunciados n. 282 e n. 356 da Súmula do STF.

III - Para que se configure prequestionamento implícito, é necessário que o Tribunal a quo emita juízo de valor a respeito da aplicação da norma federal ao caso concreto, o que não ocorreu no caso dos autos.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 985.845/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 26/06/2017);

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO CRIMINAL. VIOLAÇÃO AO ART. 621, I, DO CPP. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não há falar em nulidade por ausência de vista ao Ministério Público Federal, na medida em que o parecer foi apresentado às fls. 164/170.

2. Não se conhece da arguida violação ao art. 621, I, do Código de Processo Penal, ante a ausência de prequestionamento, requisito indispensável, a teor dos enunciados sumulares 282 e 356/STF.

3. Segundo o entendimento desta Corte, ainda que a suposta violação de lei federal tenha surgido no julgamento do acórdão recorrido, é indispensável a oposição de embargos de declaração para que o Tribunal de origem se manifeste sobre a questão, sob pena de não se ter por satisfeito o requisito do prequestionamento.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.112.981/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 23/11/2015).

Por fim, o entendimento deste Tribunal é pela inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor no caso de a empresa celebrar contrato de mútuo bancário para a

# *Superior Tribunal de Justiça*

obtenção de capital para fomento da sua atividade empresarial.

Nessa toada:

PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. MÚTUO BANCÁRIO PARA OBTENÇÃO DE CAPITAL DE GIRO. INAPLICABILIDADE DO CDC. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. No caso, o Tribunal de origem concluiu que o bem oferecido em penhora era de difícil alienação e, por isso, entendeu por justificada a recusa do credor. Alterar tal entendimento é inviável em recurso especial, pois demandaria o reexame da prova dos autos.

3. A empresa que celebra contrato de mútuo bancário com a com a finalidade de obtenção de capital de giro não se enquadra no conceito de consumidor final previsto no art. 2º do CDC. Precedente.

4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 71.538/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 04/06/2013).

Tendo em vista a declaração de hipossuficiência dos recorrentes, defiro a pleiteada gratuidade de justiça.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor dos advogados da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da condenação, devendo ser observada a gratuidade de justiça conferida aos recorrentes.

Publique-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator